

Intervalo político *anc - p - 11*

Josué Montello

O volume que a revista *Pouvoirs*, de Paris, consagrou ao estudo do presidente da República como figura política está a merecer de nossos senadores e deputados a mais atenta leitura.

Há nesse volume, além dos estudos objetivos e atuais de Richard Rose, de Jacques Julliard, de Philippe Ardant, de Jacques Fournier, de J. L. Quermonne, de J. M. Cotteret e de Claude Emeri, os depoimentos de De Gaulle, de Pompidou, de Giscard d'Estaing, de Mitterrand, cada qual a exprimir a sua experiência ou o seu parecer, ao longo de sucessivos processos de política pragmática.

Neste momento, enquanto se elabora a nova Constituição da República, tem-se a impressão de que todo o país se mobilizou, em plena postura polêmica, no sentido de fazer-se ouvir pelos constituintes.

Mais do que representantes do povo, com um mandato que lhes adveio da última campanha política, os constituintes têm de ser, agora, ouvidores do povo, sensíveis ao debate que se trava nos jornais, nas televisões, nas rádios, nas universidades, nos clubes, nos teatros, nas associações de classe, com o meritório propósito de aclarar os caminhos que nos levarão à nova Constituição.

Convém atentar para o fato de que a transição política é essencialmente reivindicativa. Após a contenção imposta pelo autoritarismo de 1964, dir-se-ia que todos nós temos o que reclamar e impor, no desafogo dos vinte anos de silêncio.

É como se tudo tivesse que ser feito, ou refeito, e depressa. E há os que reivindicam, com vistas à lei, e os que reivindicam, com vistas a situações materiais ou pessoais. Cada qual mais aguerrido e veemente. Por vezes firmemente compenetrado de que traz consigo as soluções salvadoras. Precisa ser ouvido. Quer influir e participar.

Nas transições políticas, o presidente da República, ou transige, dando a impressão de que não é suficientemente enérgico para governar, ou se vale dos poderes de que dispõe, para impor uma diretriz ou uma conduta, e logo o tomam por presidente autoritário.

O general De Gaulle, em 1946, teve de demitir-se do governo da França, por não lhe ser possível, na transição política, atender às sucessivas crises das reivindicações partidárias. Ganhara a guerra, como chefe supremo da França Livre, mas não conseguira ganhar a paz, como chefe do Governo.

Se o que aconteceu ontem e lá fora não condiz com o que aqui se passa, para nos servir de experiência, há de valer pelo menos como pretexto à reflexão. Ajuda a compreender. Além de ser um convite à serenidade, na hora da busca do equilíbrio.

A transição da Monarquia para a República, no Brasil, após o autoritarismo dos Governos de Deodoro e de Floriano, teve mesmo o seu tributo de sangue. Além das lutas que sacudiram o país, ocorreu o atentado à pessoa do presidente da República, quando Prudente de Moraes foi protegido por seu ministro da Guerra, marechal Bittencourt, morto em sua defesa na (hoje) calçada do Museu Histórico Nacional, na Ponta do Calabouço.

Chefe do Governo Provisório, em 1889, com a glória de ter proclamado a República, Deodoro iria viver, em 1891, o confronto de uma diarquia, quando o Congresso lhe deu, como vice-presidente, não o seu companheiro de chapa, na pessoa do almirante Wandenkolk, e sim o candidato de oposição, na pessoa do Marechal Floriano Peixoto, companheiro de chapa de Prudente de Moraes, presidente do Congresso. Acabou renunciando à presidência, depois de dissolver o Congresso.

Hoje, mais que ontem, os fatos políticos têm maior densidade polêmica, por força dos poderes de que dispõem os instrumentos de comunicação de massa na transformação das opiniões de grupo em opinião pública. E mesmo da opinião pessoal a serviço das ambições irrealizáveis.

A presidência da República passou a ter nas crises sucessivas o seu estado natural, graças à televisão, ao rádio e ao jornal, que instantaneamente se conjugam na criação e na direção do fato político.

A dificuldade em elaborar-se, hoje, uma Constituição da República, como norma suprema na vida de uma nação, reside no fato de que, destinando-se a constituir uma decisão permanente, tende a obedecer, no processo das crises, a fatores circunstanciais e provisórios, por vezes mais veementes que os fatores perduráveis.

Presumo que seja essa a grande dificuldade em que se debate neste momento o Congresso Nacional Constituinte. Atenderá aos fatores transitórios, com a força de suas paixões? Ou atenderá aos fatores permanentes, tendo por inspiração superior os interesses da Nação? Dessa opção vai depender o futuro do país, como coesão, como unidade política, como viabilidade democrática.

Quem procura colocar-se acima das paixões momentâneas, para captar e sentir a realidade brasileira, não tarda a presumir que, na veemência das controvérsias, há muita gente a lutar contra o presidente Sarney quando deveria lutar a favor do presidente da República. Ou seja: abstraindo o político ilustre que está no exercício do cargo.

Em 1961, para ajustar-se a presidência da República a João Goulart, tivemos o nosso parlamentarismo provisório, que acabou dando no que deu. A lição é de ontem: tem ainda o valor de uma advertência.

A leitura dos estudos publicados em *Pouvoirs*, em maio deste ano, há de ser útil aos nossos constituintes, na hora em que está sendo forjado, no plano político, o Brasil perene. Com a sua grandeza, com a sua unidade, com o seu poder de influir nos destinos do mundo.

O ensaio de Richard Rose, que abre o volume, vai além do quadro restrito da experiência francesa, para refletir sobre o comportamento simultâneo de duas figuras, por vezes atuantes no mesmo cenário, e na mesma conjuntura: a do primeiro-ministro e a do presidente.

Professor de Ciência Política na Grã-Bretanha, na Universidade de Strathclyde, Richard Rose publicou em 1984 dois trabalhos magistrais, em parte condensados no estudo de *Pouvoirs*: um, *The capacity of the President*; outro, *Understanding big Government*.

Ao fim de seu estudo, acentua Rose que o equilíbrio entre a liderança eficaz e a flexibilidade do governo varia no confronto entre as experiências dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França. E adianta: "Uma parte dessa variação é orgânica, sendo determinada pela constituição nacional."

E é precisamente a nova Constituição da República que reclama neste momento toda a nossa atenção e o nosso cuidado. Quanto mais sintética, melhor. E com a definição exata das instituições que compõem o Estado, na sua estrutura soberana, sem esquecer que o presidente é o grande responsável por essa estrutura, sob a vigilância do Congresso e da Justiça.

